

A Petrobrás sob Pressão

Dionísio Dias Carneiro

Economista, diretor da Galanto Consultoria e do IEPE/CdG

24 de abril de 2008

Há uma notável sobrecarga sobre a Petrobrás na atual conjuntura. Durante os longos anos de monopólio, a empresa mostrou mais deficiências do que petróleo, apesar de contar, desde sua fundação, com o apoio de tantos governos, políticos e da inegável simpatia da opinião pública a partir do slogan “o petróleo é nosso”. Foi um ex-presidente da empresa, militar de tradição nacionalista, Ernesto Geisel, que deu início aos contratos de risco, na pesquisa de novos campos, sob acusações generalizadas de crime de lesa-pátria. Os gastos estrangeiros em pesquisa permitiram que se conhecesse melhor o potencial brasileiro.

A exploração das primeiras jazidas na plataforma continental brasileira rendeu frutos e diminuiu a fragilidade energética que comprometia as possibilidades de crescimento de longo prazo do Brasil. A maior exposição internacional permitiu que frutificasse o mais importante investimento que a Petrobrás fez ao longo de sua trajetória: mostrou que havia uma elite de profissionais formada em casa, que adquiriu reputação internacional de qualidade técnica, além de equipar com especialistas os órgãos do governo que foram, ao longo do tempo, encarregados das questões nas quais os detalhes complexos do setor ultrapassavam a capacidade dos generalistas leigos.

As teorias conspiratórias sempre encontraram terreno fértil nas discussões em torno do petróleo. Onde vicejam a conspiração, o nacionalismo obtuso e o populismo, a racionalidade costuma ser expulsa de campo aos primeiros minutos. É natural que a Petrobrás tenha sido prejudicada, de tempos em tempos, por esses males. O importante, entretanto, é que prevaleceu a qualidade e a racionalidade empresarial, para a qual têm contribuído dirigentes de fora dos quadros da empresa, que arejam o espaço para a discussão livre, a inovação e a formação independente. As nomeações puramente políticas têm seus custos, mas esbarram em uma cultura empresarial que se solidifica.

A criação da ANP, no bojo de um esforço de modernização do Estado brasileiro permitiu a separação das tarefas de regulação e produção. Foi benéfica para a Petrobrás como empresa. Permitiu a modernização gerencial quando a empresa estendia suas ações para além das fronteiras, sem que fosse vista como um braço do governo brasileiro. Pois não temos o monopólio das teorias conspiratórias, como nos mostraram os bolivianos, nem do populismo nacionalista, como Chávez não se cansa de mostrar, nem mesmo das políticas de preços predatórias como os que sustentam a dinastia Kirchner na Argentina.

O impacto das descobertas recentes sobre o valor da empresa ainda depende de várias questões técnicas. Mesmo nos melhores cenários, os custos de exploração não apontam para petróleo barato. Os acionistas não precisam da incontinência verbal de autoridades que não entendem seu papel. O Brasil não precisa de artifícios para aumentar a confiança externa, mas de políticas sérias que diminuam a incerteza quanto ao quadro energético. As ações da Petrobrás têm sido pouco afetadas pela diminuição das margens de refino causada pela combinação de maiores custos do petróleo importado com repressão dos preços finais. Mas não é razoável que o custo de capital da empresa aumente, pela conveniência de manter a inflação baixa, sob a desculpa de que “faz o

papel de agência do Estado”. Precisa-se reforçar a capacidade de investir da empresa, para o bem de seus acionistas, privados ou públicos. Vimos, nas últimas semanas, os danos que a exposição pública da confusão mental de alguns funcionários públicos podem causar à imagem de uma empresa aberta e respeitada internacionalmente. A administração respondeu corretamente, mas outras pressões virão.

Preços de energia reprimidos diminuem o crescimento potencial do país, porque dão sinais errados para usuários e investidores sobre o atual estado da escassez. A médio prazo, projeções de inflação baseadas em preços errados desorganizam a política econômica. Preços dos derivados artificialmente baixos, a exemplo do que já ocorreu com a energia elétrica e com o gás, é ruim para a saúde financeira da Petrobrás, para a credibilidade do COPOM e para o crescimento brasileiro. A melhor forma de aumentar o crescimento da economia brasileira no futuro não é baixar os juros quando a inflação aumenta, como pregam as mentes confusas. É cuidar que as empresas dispostas a investir e aumentar a oferta não sejam prejudicadas pela repressão de preços, manter a política anti-inflacionária e deixar que os preços reflitam a escassez, não projetos eleitoreiros.